



**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM**  
**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO**  
**PARANAÍBA**

**ATA NA ÍNTEGRA DA 117ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**Local: Sede Regional SISEMA – Praça Tubal Vilela, nº 03, Centro – Uberlândia/MG**

**Data: 12 de junho de 2015 às 09h00min**

Aos 12 (doze) dias do mês de junho do ano de 2015 (dois mil e quinze), realizou-se na Sede Regional do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA), situada na Praça Tubal Vilela, número 03 (três), Bairro Centro, município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, a 117ª (centésima décima sétima) Reunião Ordinária (RO) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), Unidade Regional Colegiada (URC), Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP). Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: Sr (senhor) Ricardo Rodrigues de Carvalho, 2º (segundo) Suplente da Presidência, Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Noroeste de Minas; Sra. (senhora) Lilian Costa Damasceno, 1ª (primeira) Suplente da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Sr. Flávio José Froes de Oliveira, Titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE); Sr. Eustáquio Sidney Milanez Júnior, 1º (primeiro) Suplente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU); Sra Carla Vieira Alvarenga, 2ª (segunda) Suplente da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP); Sr. 2º Tenente Patrício Renato Ferreira, 1º Suplente, respectivamente, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Sr. Carlos Alberto Valera, Titular da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ); Sr. Hélio Francisco Queiroz, 1º Suplente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA); Sra. Dora Marques Peres Drummond, Titular do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba – PN3; Sr. Rui Gomes Nogueira Ramos e Sr. Thiago Alves do Nascimento, Titular e 1º Suplente, respectivamente, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Sra. Elaine Cristina Ribeiro Lima, Titular da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Sr. Marcio Adriano Bochio, 1º Suplente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (FEDERAMINAS); Sr. Rodrigo Borges de Melo, Titular do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG); Sr. Antônio Geraldo de Oliveira, Titular da Associação Cerrado Vivo para Conservação da Biodiversidade (CERVIVO); Sr. Rodrigo de Castro Amedee Peret, Titular da ONG Ambiente e Educação Interativa (AMEDI); Sr. Alexander Martin Silveira Gimenez, Titular do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/ARAXÁ); Sra Glaucimar Soares da Silva Vieira, Titular do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA). RICARDO (PRESIDENTE): Vamos dar início à nossa reunião. Bom dia, é uma alegria estar mais uma vez aqui presidindo a reunião do COPAM, em Uberlândia. Eu gostaria de destacar a participação dos alunos do curso de Direito do Centro Universitário do Cerrado (UNICERP), Patrocínio, e é lógico, agradecer a presença de todos. Informar também que a Dra Vilma tinha sido indicada para vir Presidir, mas eu tinha condição de vir Presidir como 1º Suplente, então, aqui estou, eu sou Superintendente da SUPRAM Noroeste. Vamos então à pauta da 117ª (centésima décima sétima) Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM); na data do dia 12 de junho de 2015, as 09h (nove horas) na Sede Regional do SISEMA, na Praça Tubal Vilela, número 03 (três), Centro, Uberlândia. Eu vou convidar a todos nesse momento para a Execução do Hino Nacional



Brasileiro. 1. Execução do Hino Nacional Brasileiro. 2. Abertura pela Secretária de Estado Adjunta de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Dra. Marília Carvalho de Melo. 3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais. THIAGO (FIEMG): Sr. Presidente, bom dia. É só para deixar aqui o convite e peço a vocês também que sejam multiplicadores. Nós vamos fazer um evento agora no final do mês, não é Márcio? Nós vamos fazer uma parceria FIEMG, ACIUB, UNED e nós vamos trazer o pessoal da equipe técnica do nosso DMAE para falar sobre o PREMENT, viu pessoal. Se vocês puderem então multiplicar para nós, dia 30, Márcio? Dia 30 lá na ACIUB. Nós vamos passar o convite para todos os Conselheiros também, nos ajudem a multiplicar. Muito obrigado. RICARDO (PRESIDENTE): Item 4. Exame da Ata da 116ª RE de 29/05/2015. Item 5. Processo Administrativo para exame da Licença Prévia: 5.1 Renewable Energy do Brasil Ltda. / Fazenda Canadá - Usina solar fotovoltaica - Uberlândia/MG - PA/Nº 29380/2014/001/2015 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Item 6. Processos Administrativos para exame da Licença de Operação: 6.1 Marlene Folchini Gomes e Outro / Fazenda São Bento - Avicultura de corte e reprodução, criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo) - Monte Alegre de Minas/MG - PA/Nº 16684/2013/002/2014 - Classe 4. Apresentação: Supram TMAP. Perdão, esse processo está sendo RETIRADO DE PAUTA, perdão. Item 6.2 Salus Fundo de Investimento Imobiliário - FII - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Araguari/MG - PA/Nº 04747/2011/005/2014 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. Neste item é que temos já o destaque da SUPRAM. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque, por favor. GLAUCIMAR (CODEMA): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Item 6.3 Ecopav Construção e Soluções Urbanas Ltda. - Transporte rodoviário de resíduos perigosos classe I - Belo Horizonte/MG - PA/Nº 03064/2013/001/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Item 6.4 Gracielle Folchini Gomes / Fazenda Nebbiolo - Avicultura de corte e reprodução, criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo) - Monte Alegre de Minas/MG - PA/Nº 16680/2013/002/2014 - Classe 4. Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. GLAUCIMAR (CODEMA): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Item 6.5 Rodo Décio Transporte Ltda. ME - Transporte rodoviário de produtos perigosos, conforme Decreto Federal nº 96.044, de 18/05/1988 - Itumbiara/GO - PA/Nº 09153/2010/002/2015 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Item 6.6 Hivonélio de Almeida Gaio / Fazenda Nova Canaã - Avicultura de corte e reprodução, bovinocultura de corte (extensivo), silvicultura - Araguari/MG - PA/Nº 19616/2011/002/2014 - Classe 4. Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. GLAUCIMAR (CODEMA): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Item 6.7 José Humberto Pereira / Fazenda Água Limpa - Avicultura de corte e reprodução, bovinocultura de corte (extensivo) - Uberlândia/MG - PA/Nº 04389/2004/004/2015 - Classe 4. Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. GLAUCIMAR (CODEMA): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Item 7. Processo Administrativo para exame da Licença de Operação Corretiva - Ampliação: 7.1 Paulo Roberto do Nascimento e Outros / Fazenda Ponderosa ou Boa Esperança - Armazenagem de grãos ou sementes não associadas a outras atividades listadas, bovinocultura de corte (confinados) - Capinópolis/MG - PA/Nº 08110/2007/003/2013 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. Nesse item nós já temos um destaque da SUPRAM. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. GLAUCIMAR (CODEMA): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Item 8. Processos Administrativos para exame de



Revalidação da Licença de Operação: Item 8.1 Adriano dos Reis Fernandes e Outros / Fazenda Carolina - Suinocultura (crescimento e terminação), bovinocultura de corte (extensivo) - Uberlândia/MG - PA/Nº 14164/2005/003/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. GLAUCIMAR (CODEMA): Destaque. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Item 8.2 Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda. - Base de armazenamento e distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP - Uberlândia/MG - PA/Nº 01626/2006/002/2015 – Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Item 9. Processo Administrativo para exame de Adendo à Licença de Instalação Corretiva: Item 9.1 Árvore S.A Empreendimentos e Participações / Masterplan Granja Marileusa (Núcleo Urbano 1 e Núcleo Urbano 2) - Loteamento de solo urbano para fins exclusivo ou predominantemente residenciais - Uberlândia/MG - PA/Nº 28561/2012/002/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. FREI RODRIGO (AMEDI): Destaque. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Destaque. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Nesse item a gente tem também 03 inscrições que vão se manifestar, 02 inscrições que vão se manifestar no momento adequado, Sra Fernanda Pepe e Sr. Gustavo Mallaco. Item 10. Processo Administrativo para exame de Reconsideração do PAFEM - Plano Ambiental de Fechamento de Mina requerida pelo Ministério Público: Item 10.1 TR Entulho Ltda. - Disposição de Resíduos Classe A da Construção Civil - Uberaba/MG - Processo Administrativo de Origem da Prefeitura Municipal de Uberaba PA/SEMAT/UBERABA Nº 01/12781/2013 - Classe 1. Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Bom, volto aos itens que nós não tivemos destaque para votação e aprovação. Item 6.3 - Ecopav Construção e Soluções Urbanas Ltda e o Item 6.5 - Rodo Décio Transporte Ltda. ME, aos que concordam com o Parecer permaneçam como estão. Aprovados então os itens 6.3 e 6.5 por unanimidade. Vamos aos destaques. Item 5.1- Renewable Energy do Brasil Ltda. Nesse item nós temos destaque do Dr. César, Dr. Carlos, perdão. CARLOS VALERA (PGJ): É rigor, Sr. Presidente, são alguns esclarecimentos, vamos começar aqui. Primeiro, a exemplo de um processo que nós pautamos na Extraordinária, também de Usina Fotovoltaica, a nossa equipe técnica identificou que a área poderia estar inserida no espaço de interesse cultural. Então, eu queria que a equipe técnica se manifestasse notadamente sobre espeleologia. E a outra também, foi replicado na Audiência Extraordinária, é com relação ao estudo sobre a avifauna, notadamente no que tange a reflectância. E um terceiro posicionamento é referente à Deliberação Normativa COPAM 2002 de 03 de junho de 2015, que alterou a Deliberação Normativa COPAM 176 de 2012, que passou a ter a seguinte redação, eu peço desculpa aos colegas para fazer a redação para que possam se inteirar: *“Os empreendimentos a que se refere o Artigo 1º desta Deliberação Normativa, com potência acima de 10 megawatts, quando localizados em área na qual haja necessidade de supressão de maciço florestal e/ou intervenção em Área de Preservação Permanente e/ou intervenção em área de influência de cavidades naturais subterrâneas e/ou causem impactos a espécies da fauna ou flora ameaçadas de extinção deverão ter um aumento de sua classe, passando a ser considerados Classe 5 e a ter os processos de Licenciamento Ambiental instruídos mediante apresentação de Estudos de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental EIA/RIMA e Plano de Controle Ambiental (PCA). Parágrafo único: Os empreendimentos que não se enquadrarem critérios impostos no caput mediante justificativa do órgão ambiental competente poderão ter uma redução da sua classe, passando a ser considerados Classe 3 e a ter os processos de Licenciamento Ambiental instruídos mediante apresentação de Relatório de Controle Ambiental (RCA) e Plano de Controle Ambiental (PCA), nos termos do previsto na Resolução CONAMA 279 de 27 de junho de 2001”*. Obrigado. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Diretor



148 Técnico e Espeleólogo. Não tem cavidade na área, certo? Questões das outras hipóteses,  
149 também, todo empreendimento já está sendo analisado pelo Gestor, o Alexssandro Pinto de  
150 Carvalho, certo? Que já foi apresentado todo EIA/RIMA da Fazenda e inclusive tem  
151 manifestação do IPHAN que não há Patrimônio lá. Os demais também não se incluem, todas  
152 as hipóteses que o senhor ai relativos ao que o senhor acabou de ler. CARLOS VALERA  
153 (PGJ): Por exemplo, avifauna, é a mesma discussão daquele processo. JOSÉ ROBERTO  
154 (SUPRAM): Na área da Renewable. EMANUELI (SUPRAM): Eu tenho aqui o  
155 empreendedor que vai esclarecer para nós a respeito das placas. NÃO IDENTIFICADO  
156 (EMPREENDEDOR): Bom, as placas não refletem a luz do sol da maneira que a gente pensa,  
157 às vezes. RICARDO (PRESIDENTE): Só um minutinho, identificar, por favor. Ah, sim, eu  
158 sou o RAFAEL, elas tem o objetivo de captar a luz solar, elas não vão refletir a luz solar,  
159 porque a energia que elas geram é através da captação da luz solar, então, não vai ter esse  
160 problema de reflexão de luz. CARLOS VALERA (PGJ): E por fim, o que mais nos preocupa  
161 é a Deliberação Normativa COPAM 2002, então, eu queria que esses itens que foram listados  
162 na Resolução, que a equipe técnica me desse o conforto, tenho certeza que o conforto aos  
163 demais Conselheiros e que nenhuma das hipóteses previstas na Deliberação que eu acabei de  
164 ler se fazem presentes no empreendimento. EMANUELI (SUPRAM): É uma área já  
165 consolidada, há vários anos, na ocasião da vistoria foi possível ver que há cultura de milho já  
166 instalada, que acredito que já tenha sido colhido. Então, não vai haver nenhuma supressão  
167 vegetal, nem mesmo arbustos, a área realmente já é uma área limpa, já consolidada há vários  
168 anos. CARLOS VALERA (PGJ): Sim, mas ai tem outras ponderações aqui. Impactos de  
169 espécies ou fauna ou flora, ameaçadas de extinção, lá na rota migratória, enfim, nenhuma  
170 dessas hipóteses se faz presente lá na área de influência direta do empreendimento.  
171 RODRIGO (SUPRAM): Dr. Carlos, a Fazenda é uma Fazenda já formada há vários anos, que  
172 passou pela pecuária, agricultura atualmente, que está sendo objeto de EIA/RIMA da  
173 atividade agrícola, que é acima de 1.000 hectares, já tem a questão do IPHAN, que não tem as  
174 intervenções citadas e na área de construção da Usina também não abrange esses itens ai  
175 listados na DN, que nós ficamos conhecendo agora com a sua apresentação, porque a  
176 SEMAD não nos enviou até o presente momento, mas reafirmamos que não enquadra nesses  
177 termos. CARLOS VALERA (PGJ): Então, diante do esclarecimento da equipe técnica me dou  
178 por satisfeito, Presidente. Muito obrigado. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado, Dr. Carlos.  
179 Vamos colocar em votação então o item 5.1 - Renewable Energy do Brasil Ltda, aos que  
180 concordam com o Parecer permaneçam como estão. Aprovado. Item 6.2 - Salus Fundo de  
181 Investimento Imobiliário, neste item nós temos destaque da SUPRAM. RICARDO BELO  
182 (SUPRAM): Só uma correção, onde se lê o prazo de 06 anos, leia-se 04 anos. JOSÉ  
183 ROBERTO (SUPRAM): Houve um erro de digitalização. RICARDO (PRESIDENTE): Ok.  
184 Obrigado. Destaque também do Ministério Público, Dr. Carlos. CARLOS VALERA (PGJ):  
185 Esse era um dos destaques, como a SUPRAM já fez a correção. Agora, eu observo aqui que é  
186 um empreendimento Classe 5, então, eu iria fazer a propositura da inclusão da Condicionante  
187 da Lei do SNUC, com a redação padrão da SUPRAM Triângulo Mineiro de Alto Paranaíba.  
188 RICARDO BELLO (SUPRAM): Dr. Carlos, a questão do SNUC já foi contemplada na fase  
189 anterior do empreendimento, de LI, na fase de instalação. CARLOS VALERA (PGJ): Diante  
190 então do esclarecimento da equipe técnica, acho que essa informação não veio no Parecer, por  
191 isso que eu fiz esse destaque. Então, retiro a proposta de Condicionante a agrado. JOSÉ  
192 ROBERTO (SUPRAM): Inclusive, o empreendedor está aqui, Dr. Carlos, ele falou que já foi  
193 até pago. RICARDO BELLO (SUPRAM): Só esclarecendo, tem 02 pontos no Parecer com  
194 relação a compensação e também no cumprimento de Condicionantes, que era objeto de  
195 Condicionante. Está descrito em 02 locais no Parecer. CARLOS VALERA (PGJ): De fato,  
196 Ricardo. Eu me desculpo, fui consultar aqui, é que não falou especificamente do SNUC, mas



197 é que a gente está tão acostumado com a nomenclatura, falou compensação ambiental. Você  
198 tem razão, me desculpe. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado, a gente tem um destaque  
199 também do CODEMA. GLAUCIMAR (CODEMA): Eu gostaria de citar a Condicionante da  
200 LI, a número 05, que era a respeito da instalação da estação automática de monitoramento do  
201 ar, que ela não foi feito à época, e agora vai ser feito? E qual prazo? RICARDO BELLO  
202 (SUPRAM): Conforme descrito na Condicionante, o empreendedor procurou a equipe da  
203 GESAR que não foi aprovado pela FEAM, então, não foi inércia do empreendedor e sim por  
204 parte do órgão ambiental, que não se manifestou ainda, não avaliou o local e as questões para  
205 instalar a estrutura. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Conselheira, quando há uma proposição  
206 de instalação de estações, quem avalia isso é a GESAR, que é Gerenciamento de Qualidade  
207 do Ar, certo? E eles pegam e determinam o melhor ponto, que no caso quanto mais próximo  
208 da população melhor, então, eles ainda não definiram esse ponto da instalação do  
209 monitoramento da qualidade do ar, no Município de Araguari, que vai ser colocado para a  
210 população. GLAUCIMAR (CODEMA): Ok. Então, não vai ficar como Condicionante porque  
211 está assegurado que quando for aprovado vai ser instalado, é isso? JOSÉ ROBERTO  
212 (SUPRAM): Sim, vai ser instalado. GLAUCIMAR (CODEMA): Satisfeita, obrigada.  
213 RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado. Vamos colocar então em votação o item 6.2, aos que  
214 concordam com o parecer permaneçam como estão. Item aprovado. Item 6.4 - Gracielle  
215 Folchini Gomes, nesse item nós temos destaque do Ministério Público. CARLOS VALERA  
216 (PGJ): Também a exemplo dos outros é mais uma questão de esclarecimentos, Sr. Presidente.  
217 Nos preocupou a questão para o tratamento da água residuária, esse é um ponto. O outro  
218 ponto também é a não cobrança da Portaria IGAM 49/2010. Também há informação do  
219 descumprimento na Fase de LP e LI, do descumprimento das Condicionantes 04, 06 e 07, nós  
220 também não temos notícia sobre autuação. E também só para efeito de correção, no item 8  
221 quando se fala do controle processual, constou erroneamente o Município de Uberlândia e é  
222 Monte Alegre de Minas. São esses os esclarecimentos, por favor. ANA LUIZA (SUPRAM):  
223 Com relação à autuação, ela foi feita, só esquecemos de citar o número do Auto, mas vamos  
224 corrigir. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Como foi feita e não foi colocado, pedir desculpas ao  
225 nobre Conselheiro e será enviada a cópia ao MP, essa questão do Auto de Infração. LUIS  
226 (SUPRAM): Com relação ao Auto de Infração, ele já foi enviado, inclusive para o Ministério  
227 Público e com relação ao Município ele será corrigido para Monte Alegre de Minas, foi só um  
228 erro. CARLOS VALERA (PGJ): Continuamos então com o problema da água residuária e da  
229 Portaria IGAM 49/2010. RODRIGO (SUPRAM): A questão da Portaria 49 do IGAM é a  
230 questão do hidrômetro e horímetro? Nos processos de poços tubular já é condicionado na  
231 Portaria do IGAM a instalação do equipamento hidrométrico, todos os processos. CARLOS  
232 VALERA (PGJ): Mas então, essa informação eu gostaria que fosse acrescentada no Parecer,  
233 porque eu não tenho acesso a Portaria de Outorga no Parecer Único. RODRIGO (SUPRAM):  
234 É, realmente a gente não consta isso no Parecer da Licença, mas no Parecer das Outorgas e no  
235 Certificado da Outorga é constado sempre essa exigência, não sai nenhum processo sem essa  
236 exigência. CARLOS VALERA (PGJ): Está certo. E a questão da água residuária? ANA  
237 CLÁUDIA (SUPRAM): No processo produtivo não vai ser gerado água residuária em função  
238 de lavagem de todos os galpões. A água residuária no caso que, nem a gente classifica como  
239 residuária, seria a água do resfriamento dos bebedouros e aí tem uma Condicionante  
240 específica para poder ser apresentado um projeto para reaproveitamento dessa água. CARLOS  
241 VALERA (PGJ): Qual é a Condicionante, por favor? ANA CLÁUDIA (SUPRAM):  
242 Condicionante 03. CARLOS VALERA (PGJ): Está certo, muito obrigado, me dou por  
243 satisfeito. RICARDO (PRESIDENTE): Destaque ainda do CODEMA. GLAUCIMAR  
244 (CODEMA): Com relação ao Anexo II, no Programa de Auto Monitoramento a periodicidade  
245 está anual para análise do efluente sanitário bem como para análise do efluente da caixa



separadora de água e óleo. Eu gostaria de sugerir para diminuir para 06 meses. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Glaucimar, a questão do efluente sanitário, no entendimento como Engenheiro Químico, a necessidade, como a quantidade é pequena de funcionários, até que haja realmente o tratamento, que seja eficiente, um ano nem sei se vai ter já o laudo dessa fosse séptica. Então, para mim, para a equipe, gostaria de ouvir a equipe se não concordar, mas para mim a questão do efluente sanitário está bom, 06 meses acho que nem vai ter tempo suficiente para as bactérias e nem para a fossa encher. GLAUCIMAR (CODEMA): E quanto ao da caixa separadora. ANA CLÁUDIA (SUPRAM): Na verdade, só ressaltando o que o José Roberto falou, a fossa séptica foi direcionada para um número maior de funcionários, então, ela prevê que a limpeza pelo menos durante 01 ano. E como tem 01 funcionário no empreendimento, realmente não se faz necessário mais que isso. Com relação à caixa separadora, ela é uma garantia do processo, porque na verdade, para entrar no empreendimento, o caminhão tem que passar e ser lavado, higienizado. Então, não tem troca de óleo, manutenção ali no empreendimento, então é só uma garantia mesmo que não vai ter problema de contaminação. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Em caso de houver um acidente, porque no caso a caixa separadora seria uma maneira de evitar que fosse o óleo para o solo. Então, por isso que está colocando anual. Se houver algum acidente ele deverá informar, se não ele será autuado. Precisa informar o órgão ambiental, ele tem que informar, mesmo que seja anual, se houver um acidente e ele está dentro do Parecer, ele tem que informar o órgão ambiental que houve e informar da caixa separadora. De qualquer maneira, pode ser semestral, tomara que seja anual mesmo, que não haja acidente lá. GLAUCIMAR (CODEMA): Então, me dou por satisfeita aos esclarecimentos e eu concordo como está. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado. Vamos colocar em votação então o item 6.4 Gracielle Folchini Gomes, aos que concordam permaneçam como estão. Aprovado. Item 6.6 Hivonélio de Almeida Gaio, nesse item nós temos destaque do Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ): Também são só esclarecimentos. Um seria sobre a Portaria 49, o Rodrigo já esclareceu no item anterior e também tem uma informação que ele até me repassou, mais para que se conste em ata é a questão do Cadastro Técnico Federal, Rodrigo já me informou. RODRIGO (SUPRAM): Tem no processo. CARLOS VALERA (PGJ): Nós temos também aqui uma questão que é sempre recorrente, é uma questão que está até judicializada. Nós estamos com muitas dificuldades de acessar os documentos no SIAM, por exemplo, nós não conseguimos acessar a APO, então, eu queria solicitar, aproveitar a presença do Dr. Franco Cristiano para ver o que nós poderíamos fazer para melhorar essa situação. Já existe uma ação civil proposta com liminar deferida para que o Estado disponibilize essas informações e parece que esse sistema não evolui. Então, eu queria saber se o senhor tem alguma informação, se isso vai melhorar, como que nós ficaríamos? FRANCO (SUPRAM): Dr. Carlos, inclusive na próxima semana durante a quinta e sexta-feira, teremos em Belo Horizonte uma reunião com o Secretário Sávio, de alinhamento e um dos pontos principais dessa reunião são as questões gerenciais, inclusive passando pela questão do SIAM, então creio que traremos novidades dessa reunião e de qualquer forma externarei ao Secretário a preocupação do senhor. CARLOS VALERA (PGJ): Muito obrigado. Presidente, me dou por satisfeito. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado, Dr. Carlos. Destaque também nesse item do CODEMA. GLAUCIMAR (CODEMA): Eu gostaria de saber se permanece a questão do Plano de Auto Monitoramento, se a periodicidade pode ser mesmo anual da caixa separadora e do efluente sanitário ou é diferente a situação do empreendimento. RODRIGO (SUPRAM): A mesma explicação anterior permanece para esse também, então, a gente acha que deveria ser anual mesmo. GLAUCIMAR (CODEMA): Poucos funcionários. Então, eu concordo, me dou por satisfeita. RICARDO (PRESIDENTE): Dr. Carlos, só a título de exemplo, essa questão foi levantada na SUPRAM Noroeste, pelo Dr. Marcelo, e os itens são enviados digitalizados toda



sexta-feira para o SIAM e essa alimentação para acesso das informações do SIAM não está sendo feita em Belo Horizonte. Então, tentamos resolver lá inicialmente com Dr. Marcelo enviando para ele um disquete, um pen-drive com as informações para tentar resolver o problema até a coisa ser resolvida de forma definitiva. Realmente está acontecendo essa questão junto ao SIAM em Belo Horizonte. Pelo menos na SUPRAM Noroeste a obrigação está sendo cumprida de forma adequada e não está chegando aos Conselheiros para acesso das informações. CARLOS VALERA (PGJ): Presidente, eu agradeço as informações e realmente isso é preocupante e essa logística é complicada, porque a URC do Noroeste tem um volume de trabalho menor do que o nosso. O nosso aqui talvez a logística fosse mais complicada, mas com essa informação do Dr. Franco, algo vai melhorar, porque pior que está não tem como ficar, então, tenho certeza que vamos conseguir melhor. Muito obrigado pelos esclarecimentos. RICARDO (PRESIDENTE): Bom, vamos colocar em votação o item 6.6 Hivonélio de Almeida Gaio, aos que concordam com Parecer permaneçam como estão. Item aprovado. Item 6.7 - José Humberto Pereira, nesse item também temos destaque do Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ): São os mesmos argumentos do item anterior. O Rodrigo gentilmente já me esclareceu, então, estou retirando o destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Pois não. RODRIGO (SUPRAM): Reitero as mesmas informações do item anterior. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado Rodrigo. Destaque também do CODEMA. GLAUCIMAR (CODEMA): Eu gostaria de saber se nesse caso eu posso ficar tranquila que o número de funcionários é pouco e que a caixa é sal é só por segurança ou não? RODRIGO (SUPRAM): Também reitero a informação do item anterior, é a mesma situação. Tanto é que o projeto é modulado, esse projeto da BRF é modulado, então, ele é igual em todos, em todos os processos eles são iguais, a configuração de módulos, casas de colono, escritório, então, não há alteração não. GLAUCIMAR (CODEMA): Ok. Obrigada pelas informações. RICARDO (PRESIDENTE): Colocar em votação então, o item 6.7 – José Humberto Pereira, os que concordam com o Parecer da SUPRAM permaneçam como estão. Item aprovado. Item 7.1 – Paulo Roberto do Nascimento. Nesse item nós temos destaque inicialmente da SUPRAM. ANA CLÁUDIA (SUPRAM): Sr. Presidente, senhores Conselheiros, eu gostaria de adicionar uma Condicionante ao Parecer. Seria a Condicionante 5, com a seguinte redação: *“Apresentação taxa de adubação por meio dos dejetos da bovinocultura, calculada e justificada a partir de critérios agrônômicos e de boas práticas de manejo e conservação do solo, sob controle de responsabilidade técnica habilitada. O prazo seria durante a vigência da Licença de Operação e a frequência seria anualmente”*. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Obrigado. Destaque também do Ministério Público, Dr. Carlos. CARLOS VALERA (PGJ): A questão do Cadastro Técnico Federal. LUIS (SUPRAM): Sobre o Cadastro Técnico Federal, ele não foi incluído no FOB, porque o FOB é anterior a 2013, só que o empreendedor apresentou o Cadastro Técnico a gente já vai juntar aos autos. CARLOS VALERA (PGJ): Ótimo. E também observo que é um empreendimento Classe 5, eu queria saber a respeito da equipe técnica se algum momento houve imposição da Condicionante do SNUC? JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Não foi incluída a Condicionante. CARLOS VALERA (PGJ): Então diante da informação, eu queria propor a inclusão da Condicionante da Lei do SNUC, com a redação padrão da SUPRAM Triângulo Mineiro e Paranaíba. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Temos destaque ainda do CODEMA. GLAUCIMAR (CODEMA): A Condicionante 02, eu gostaria de sugerir que o prazo da promoção da limpeza e manutenção da caixa sal fosse diminuída de 01 ano para 06 meses e também a questão do Anexo II diminuir de 01 para 06 meses o Programa de Auto Monitoramento, a periodicidade. ANA CLÁUDIA (SUPRAM): Desculpe, não peguei a segunda. GLAUCIMAR (CODEMA): A segunda é entrada e saída da fossa séptica, esse caso também gostaria que esclarecesse se são poucos funcionários ou se são mais, parece que esse é diferente o empreendimento, para saber se poderia diminuir para



06 meses a periodicidade da análise. ANA CLÁUDIA (SUPRAM): Na verdade, até houve um erro aqui no meu parecer, que essa manutenção, essa limpeza, tanto da caixa separadora como da entrada e saída da fossa séptica, isso daqui é um parecer na verdade de Licença de Operação Corretiva de Ampliação. Então, a Licença que está vigendo, a Licença de Operação que vai até 2019 consta no Anexo, nas Condicionantes que a limpeza da caixa separadora é semestral. Então, na verdade, o que prevalece é o semestral, eu já tinha até conversado com empreendedor, me desculpe, foi um esquecimento de correção aqui. RICARDO (PRESIDENTE): Vamos colocar em votação então, o item 7.1 com o Parecer da SUPRAM, com a modificação feita na Condicionante sugerida, aos que concordam permaneçam como estão. Vamos então a votação da Condicionante proposta pelo Dr. Carlos, a Condicionante do SNUC, aos que concordam permaneçam como estão. THIAGO (FIEMG): Eu voto contra, em razão de não ter no Parecer a indicação do significativo impacto ambiental. RICARDO (PRESIDENTE): Vou fazer a leitura da Condicionante para a gente organizar. A Condicionante diz o seguinte: “*Protocolar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF, no prazo máximo de 30 dias contados do recebimento da Licença, processo de compensação ambiental, conforme procedimentos estipulados pela Portaria IEF Nº. 55, de 23 de abril de 2012*”. O prazo é 30 dias contados do recebimento da Licença. Então, mais uma vez Thiago, para que não fique. THIAGO (FIEMG): Sou contra a inclusão da Condicionante por entender que não existe no Parecer a indicação do significativo impacto ambiental. ELAINE (FAEMG): Pelas mesmas razões, por entender que não tem enquadramento no caso. MARCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Pelas mesmas razões da FAEMG e da FIEMG, voto contrário. RICARDO (PRESIDENTE): Bom, temos Parecer aprovado então por unanimidade e contra a inclusão da Condicionante 03 votos contrários, da FAEMG, FIEMG e da FEDERAMINAS. Aprovado então, por maioria a inclusão da Condicionante. Item 7.1 – Adriano dos Reis Fernandes, nesse item temos o destaque do Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ): Também é um esclarecimento sobre o Cadastro Técnico Federal e o prazo da Licença. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Cadastro Técnico Federal está Ok, Dr. Carlos, foi apresentado. CARLOS VALERA (PGJ): E o prazo da Licença? LUIS (SUPRAM): Com relação ao prazo, por se tratar de empreendimento Classe 3 seria o prazo de validade de 06 anos e como ele não tem autuação transitada em julgado, então, adiciona os 02 anos para ficar em 08. CARLOS VALERA (PGJ): Essa discussão nós já tivemos nesse Conselho e inclusive já passou pela CNR, eu achei que a SUPRAM tinha se convencido naquela oportunidade. Nós temos 03 situações: aquele que não teve autuação; aquele que teve autuação e não houve trânsito em julgado e aquele que teve autuação e houve trânsito em julgado administrativo. Na leitura que a SUPRAM está fazendo esse empreendimento foi autuado sem trânsito em julgado. É essa a informação? É essa a informação. Então, eu pergunto, como que nós podemos tratar da mesma forma aquele que não foi autuado e aquele que foi autuado sem trânsito em julgado administrativo. Então, obviamente que nessa situação de aquele que foi autuado sem trânsito em julgado ele não pode ser prejudicado, nem tão pouco beneficiado. Isso já foi objeto de manifestação da CNR, então, eu queria que o Jurídico refletisse para que esse acréscimo de 02 anos fosse descontado, ele tivesse o prazo da Licença mantido sem o benefício. RICARDO (PRESIDENTE): Nesse item. THIAGO (FIEMG): Bom, respeitosamente Dr. Carlos Valera, eu entendo o zelo e a precaução, só que dentro desse princípio da precaução nós também temos que entender o princípio da nossa ponderação aqui, para a gente poder fazer o seguinte entendimento. Não houve trânsito em julgado, não houve sentença, é administrativo, então desculpa, não houve então o resultado ainda do processo administrativo transitado em julgado. Então, pela Constituição Federal, ele não pode sofrer uma condenação e nem ser sancionado pelo fato de não ter sido transitado em julgado esse processo, além disso, ele ainda



tem a 2ª via, que é a via Jurídica, que também vai poder discutir isso. Então, pelo princípio da razoabilidade, eu entendo que ele realmente houve a autuação e ele vai ter ainda um processo legal para se defender e para comprovar se realmente houve ou não houve essa questão do dano ambiental. Então, eu gostaria de manter o benefício. CARLOS VALERA (PGJ): O senhor acabou de se contradizer, é um benefício, ele não está sofrendo punição nenhuma. Agora, como que nós podemos tratar aquele que não tem autuação igual àquele que tem autuação? Isso me parecer absolutamente ilógico e mais, injusto, porque eu não fiz absolutamente nada, recebo o benefício; eu fui autuado, mas a minha autuação ainda não transitou em julgado, como que eu posso ser beneficiado? Eu não estou na mesma situação daquele que não sofreu autuação, e isso foi julgado pela CNR no PA: 0018/1979/019/2011, inclusive com manifestação da FIEMG. THIAGO (FIEMG): Certo, mas eu gostaria só de apontar para vocês pessoal, que isso não é um princípio absoluto, na última reunião nós tivemos aqui a manifestação da Polícia Ambiental sobre uma questão de autuação por vinhedo e a Indústria nem funcionando ainda estava, é que às vezes tem um erro, é muita coisa que se faz aquele laudo, aquele parecer, ele pode ser sim desconfigurado e essa autuação pode não acarretar essa ação. Então, podemos sim fazer isso, mas quando acontecer realmente, comprovadamente uma questão de desrespeito. CARLOS VALERA (PGJ): Eu queira ouvir a equipe técnica, mas eu queria só fazer uma ponderação. Se ele tiver o recurso administrativo provido é evidente que ele vai ter direito ao aumento do prazo, é evidente, ou seja, não vejo nenhum prejuízo, a única coisa que estou querendo ressaltar aqui é um critério de justiça. Não podemos tratar igual aquele que tem a vida imaculada e aquele que tem a vida autuada, ainda que essa autuação não tenha transitado em julgado na seara administrativa. MARCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Dr. Carlos, infelizmente eu ousou discordar da sua opinião, com todo respeito, assim como o Thiago colocou, até uma questão Constitucional, mesmo que seja um benefício é o fato dele não ter transitado em julgado entende-se que ele não foi condenado ainda, ou seja, nós vamos retirar um benefício. E se a pessoa que não foi autuada ela não foi autuada porque não foi fiscalizada? Ela também estaria na mesma condição, de imaculado, mesmo tendo cometido às vezes uma infração ambiental. Então, até que se haja uma condenação, mesmo que administrativa contra este julgado da autuação, ele deve permanecer no mesmo estado, imaculado, como o senhor colocou do não autuado. CARLOS VALERA (PGJ): O senhor mesmo disse, Dr. Marcio, é um benefício e mais, volto a insistir, o princípio básico da interpretação é o princípio da isonomia. Dá para dizer que é igual o empreendimento não autuado de um empreendimento autuado? É a mesma situação jurídica? Não é; é evidente que não é. Então, é evidente que não se pode tratar da mesma forma, veja bem, nesse caso o empreendedor não sofrerá nenhum prejuízo, ele deixa de receber um benefício, é muito diferente. FRANCO (SUPRAM): Só queria contribuir, doutor, para essa discussão. O entendimento que eu creio que esteja se dando, que foi até bem colocado pelo Dr. Márcio agora, é no sentido de que o auto de infração só produz efeitos imediatos em relação aquelas medidas de natureza acautelatória, como o embargo, por exemplo, nos demais quesitos o auto não produziria efeito efetivo até o julgamento do auto, pelo menos em primeira instância. Mas eu quero levar à discussão aqui, até para discutir posteriormente com o nosso Jurídico, que para mim a discussão passa até por outro caminho agora, se já existe uma decisão de um órgão superior em relação a essa questão aí a SUPRAM, naturalmente, no nosso modo de entender, tem que se uniformizar, para que não tenhamos na SUPRAM Noroeste um entendimento, na SUPRAM Triângulo outro entendimento. Então, esse é o entendimento que está se dando hoje aqui na SUPRAM, que o auto só produziria efeitos para aquelas medidas de natureza acautelatória e não os efeitos totais do auto até o julgamento, mas recoloca a minha posição nesse sentido, se já existe uma discussão firmada, aí eu sou um defensor árduo dessa submissão ao que já foi decidido em superior instância. A gente vai



verificar essa posição. SIDNEY (SEDRU): Só uma consulta ao Jurídico, se não seria possível nesse caso a gente conceder a Licença com período de 08 anos e caso a autuação se transforme em penalidade ele perderia esse benefício e ficaria com a Licença normal por 06 anos. CARLOS VALERA (PGJ): Sidney, só colocar algumas coisas. O auto lavrado ele goza de presunção de veracidade, esse é um ponto do Direito Administrativo, então, você não pode inverter lógica. Volto a dizer, a ideia aqui está equivocada, nós estamos tratando de benefício, ele não vai sofrer penalidade nenhuma, ele só não vai receber o benefício e depois se eventualmente o auto for julgado subsistente ele vai ter recebido esse acréscimo. Eu gostaria que o José Roberto se manifestasse, porque ele ia se manifestar e acabou não se manifestando. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Dr. Carlos, a equipe técnica, ele foi autuado pelo descumprimento da Condicionante. Tecnicamente, concordo com o senhor, legalmente nós temos uma equipe interdisciplinar que legalmente dizem que a Lei não permite que a gente coloque 06 anos. Agora, se tem alguma que já foi tramitada na Câmara Técnica então, ele realmente foi autuado por descumprimento de Condicionantes. Então, quando vier para ser transitado em julgado ele será autuado. GUSTAVO (SUPRAM): Dr. Carlos, obviamente nós como órgão do Poder Executivo, o doutor sabe que a gente é ponderado por algumas Resoluções, Deliberações e creio que os colegas só colocaram essa questão do aumento porque nós só estamos fazendo cumprir o que determina a Deliberação. Obviamente essa questão foi pontual na Câmara Normativa Recursal, como o Dr. Franco falou, a questão pontual pode ser às vezes generalizada, mas aí dependeríamos realmente de uma Resolução ou alguma Deliberação do COPAM para que a gente fizesse cumprir realmente a ideia que o doutor realmente está ponderando. CARLOS VALERA (PGJ): Bom, embora seja um caso único é na Câmara Normativa Recursal para onde irá eventual recurso dessa decisão. Então, como bem colocou o nosso Superintendente, nós temos a jurisprudência administrativa, então, eu chamo a atenção, quem sou eu para chamar a atenção; faço um pedido à equipe técnica e também à equipe do Jurídico que observe essa Jurisprudência administrativa porque senão nós corremos o risco do Noroeste fazer uma coisa, Sul de Minas fazer outra e aí vem a pergunta: se eventualmente o parecer for mantido o recurso foi para onde? Vai para a CNR. Qual é a posição da CNR? É que não se aplica. É nesse sentido. RICARDO (PRESIDENTE): Nesse item temos ainda um destaque do CODEMA. GLAUCIMAR (CODEMA): Eu até vou tirar o destaque porque já foi esclarecido em outra situação anterior. Obrigada. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Obrigado. Vamos então à votação do item 8.1 – Adriano dos Reis Fernandes, aos que concordam com o Parecer permaneçam como estão. CARLOS VALERA (PGJ): Diante do que foi dito, eu vou indagar então ao Jurídico se vão manter ou se vão alterar o benefício? LUIS (SUPRAM): Em razão do princípio da legalidade já explanado pelo Dr. Gustavo, a gente vai manter o Parecer. RICARDO (PRESIDENTE): Aos que concordam com o Parecer permaneçam como estão. Item. CARLOS VALERA (PGJ): O Parecer então mantém o acréscimo? RICARDO (PRESIDENTE): Mantém o acréscimo. CARLOS VALERA (PGJ): Então, contra. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Contra também. FRANCO (SUPRAM): Uma questão importante, eu gostaria de baixar o processo em diligência, doutor, para avaliar melhor essa questão da decisão da Câmara, porque uma coisa que eu tenho, o doutor sabe disso, os meus colegas também; a gente tem tentado uniformizar os nossos procedimentos, a gente não quer coisa por sorteio. Então, solicito em nome da SUPRAM que o processo seja baixado em diligência, com a finalidade de verificar essa decisão da Câmara Técnica, na medida que é da nossa intenção uniformizar esses procedimentos e entendimentos jurídicos inclusive. Nós não podemos, no nosso modo de ver, ter entendimentos separados das SUPRAM's. O Ricardo, enquanto Superintendente da SUPRAM Norte de Minas, a gente já conversou um pouco sobre isso, a gente pretende equalizar um pouco a coisa, querendo até atender a ideia de isonomia. Então, gostaria que o



processo fosse baixado em diligência, já conversei com José Roberto, para verificar melhor essa questão e o processo, se for o caso, volta na próxima pauta. CARLOS VALERA (PGJ): Muito obrigado Superintendente. Fico feliz de ver esse posicionamento da SUPRAM na sua pessoa. Só para ajudá-lo na pesquisa, o precedente diz respeito a um caso de Bocaiúva e ao PA 0018/1979/019/2011 e o empreendimento é RIMA Industrial S.A. FRANCO (SUPRAM): E complementando doutor, senhores Conselheiros e senhoras Conselheiras, acho que é importante inclusive que se desenvolva um trabalho, Marcio, no sentido de até construir realmente ementas administrativas relacionadas a alguns aspectos, até para mesmo a compreensão durante as reuniões. Então, a gente já teria uma construção de um ementário de um jurisprudencial administrativo ajudaria muito o trabalho do próprio COPAM na discussão de elementos jurídicos e até técnicos. Muito obrigado e bom dia. RICARDO (PRESIDENTE): O item 8.1 foi BAIXADO EM DILIGÊNCIA a pedido do Sr. Franco, da SUPRAM Triângulo. Vamos ao item 8.2 – Nacional Gás Butano, nesse item temos o destaque do Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ): É a mesmíssima situação, ou seja, o prazo de concessão da licença. Então, presumo que o Dr. Franco vai aplicar o mesmo critério e deve baixar o processo em diligência. FRANCO (SUPRAM): Com certeza, o mesmo critério. Lembrando que aquele livrinho do Celso Antônio Bandeira de Melo, um bem fininho, princípio da isonomia, o “discriminem” tem que ser o mesmo, se é o mesmo objeto tem que ser a mesma solução. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Obrigado Dr. Franco. Vamos então ao item 9.1 já que o item 8.2 foi BAIXADO EM DILIGÊNCIA, retirado de pauta para votação. O item 9.1 Árvore S.A Empreendimentos e Participações, aqui nós temos um destaque e um pedido para manifestação do empreendedor na pessoa da Sra Fernanda. FERNANDA PEPE (EMPREENDEDOR): Bom dia a todos, sou Fernanda Pepe. Bom dia Sr. Presidente, senhores Conselheiros e senhoras Conselheiras, nós solicitamos, por gentileza a retirada do pedido de supressão de vegetação para fins de construção do muro, de fechamento do Loteamento Alphaville Uberlândia, deixando somente no processo o pedido de intervenção em APP para fins de drenagem de água pluvial. Obrigada, bom dia. RICARDO (PRESIDENTE): **Problemas no áudio.** Retirada de pauta. Vamos ouvir também a manifestação do empreendedor na pessoa do Sr. Gustavo. Ele não é empreendedor, desculpa. Está se retirando da manifestação. Ok. Obrigado. Essa questão posta pela Sra Fernanda ficou clara ao Conselho? Sim. Temos um destaque também aqui nesse item do Dr. Carlos, do Ministério Público, por favor. CARLOS VALERA (PGJ): Acho que diante dessa ponderação do empreendedor, acho que o destaque do Ministério Público perdeu um pouco o sentido. RICARDO (PRESIDENTE): Destaque nesse item da AMEDI. FREI RODRIGO (AMEDI): Também retiro o destaque. Nós estávamos com uma preocupação muito grande, a gente que trabalha com questões urbanas, sem-teto, é extremamente deseducativo ver que um empreendimento com fins lucrativos ia cometer esse tipo de atitude e lamentamos o fato da intervenção em área de APP, porque também é outra discussão que a gente faz. Nós temos áreas ocupadas hoje de APP que nós estamos ver se as famílias, que são empurradas para essas áreas, saem. Qualquer tipo de intervenção, mesmo em área de recuperação não é compreendida pela população e aqui parece que há um erro de projeto ou o empreendimento visualiza outras atividades que significam a necessidade dessa ampliação e aí a gente sempre entra naquela discussão antiga; a gente nunca tem a ideia do que realmente é o empreendimento. Mas a gente retira então o pedido, não cabe mais. RICARDO (PRESIDENTE): Destaque ainda da CERVIVO. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Eu vou retirar diante da justificativa, da desistência da intervenção. Estou retirando. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Obrigado. Está sendo verificado exatamente a parte que vai ser retirada. Pois não. Para que a gente possa colocar o processo em votação. ANA LUIZA (SUPRAM): Com relação agora da retirada de supressão que o empreendedor solicitou, nós vamos alterar o



Parecer com as devidas correções a serem feitas. No caso vai ficar apenas a intervenção em área de APP, numa área de 0,206 hectares e gostaria também de fazer duas correções com relação ao prazo. No item 5 onde se lê: prazo de validade 02 anos, leia-se: prazo de validade vinculada a LIC 039/2014 e no Anexo I onde se lê: prazo de validade 02 anos, leia-se: prazo de validade vinculada a LIC 039/2014. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Obrigado. Vamos por em votação então o Parecer, com as alterações sugeridas pelo empreendedor e acatadas pela SUPRAM. Aos que concordam permaneçam como estão. Item aprovado. Item 10.1 – TR Entulho Ltda, nesse processo nós temos um destaque do Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ): É só para contextualizar essa questão, ocorreu um equívoco principiológico lá no Município de Uberaba e esse equívoco foi reverberando e acabou aqui na aprovação equivocada do PAFEN, detectada a irregularidade, a Promotora da Comarca expediu uma recomendação e a SUPRAM está acolhendo essa recomendação. É só para pontuar que lá em sede de licenciamento o pleito do empreendedor já foi indeferido, por quê? Porque ele queria fazer um aterro de resíduos da construção civil dentro de uma Unidade de Conservação, que é a APA do Rio Uberaba. Então, só para trazer essa informação, eu tenho um histórico aqui de todo acontecido, se algum Conselheiro tiver interesse eu posso disponibilizar. Muito obrigado. THIAGO (FIEMG): Houve um pedido do Secretário de Meio Ambiente para poder dar uma palavrinha sobre o processo? RICARDO (PRESIDENTE): Sim, pois não. RICARDO LIMA (SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE DE UBERABA): Como o Conselheiro Carlos falou, foi um processo longo, difícil, em Uberaba, porque o empreendedor insistiu em fazer um empreendimento dentro da área de proteção ambiental do Rio Uberaba, que é a APA Rio Uberaba, que procura organizar o uso e ocupação do solo e os empreendimentos para evitar ou para minimizar para garantir quantidades de águas para captação e fornecimento à população. A gente considera que esse tipo de empreendimento é um risco que foi levado, principalmente pode ir junto dos resíduos da construção latas de tintas e uma série de coisas, enfim, é o tipo de empreendimento que a gente, até os da própria Prefeitura a gente está retirando e não está permitindo e de outras empresas também. Então, não seria essa a empresa a ser autorizada para isso, mas houve uma pressão do empreendedor aqui na SUPRAM, pressão inclusive Política para que isso fosse aprovado. Com a nossa entrada lá na Secretária nós suspendemos, levamos o procedimento para outro nível e acompanhamos o Parecer da Procuradoria e aí o Parecer Técnico da Secretaria também foi negando esse procedimento e aqui hoje com a revisão do PAFEN a gente consegue encerrar definitivamente e zerar esse processo, porque esse PAFEN ficou em aberto lá dentro de Uberaba e isso não deve ocorrer. Mais ou menos levando em consideração o que o Superintendente falou dos processos anteriores é necessário que a gente tenha uma homogeneização dos nossos pensamentos e das nossas ações. Como a Secretaria tem Convênio e Termo de Cooperação com a SUPRAM e como Governo Estadual, com a Secretaria Estadual, então é necessário que nós cumpramos o regimento que deve ser comum. Era só isso que eu gostaria de trazer aqui para os senhores. CARLOS VALERA (PGJ): Eu queria de público, agradecer ao Secretário Ricardo Lima, porque realmente esse foi um processo extremamente complicado onde se tentou por meios não ortodoxos, pressionar, enfim, usar figuras políticas para tentar se colocar, não tem outro nome, me desculpem a forma grosseira, um lixão dentro da nossa APA. Eu duvido que alguma caçamba de material civil fosse feito a triagem e o tratamento químico para colocar de fato o resíduo inerte. Então, não poderia deixar de registrar esse agradecimento ao Secretário Ricardo Lima. Muito obrigado. RICARDO (PRESIDENTE): Muito obrigado, Dr. Carlos. Obrigado ao Secretário pela manifestação. Vamos colocar então para o Conselho a votação do item 10.1 – TR Entulho Ltda. THIAGO (FIEMG): Abstenção. RICARDO (PRESIDENTE): Bom, temos então o Indeferimento do processo, de acordo com o Parecer já apresentado. Por maioria, com abstenção do representante da FIEMG. Bom, agora, ao final, nós temos um item



11. Programa de Conservação do Pato-Mergulhão. Apresentação: Instituto Terra Brasilis. Queria pedir a todos que permaneçam ainda conosco, vai ser feito a preparação para apresentação, o pessoal pediu uns 05 minutinhos de todos para a gente poder participar e ver a situação da Conservação do Pato Mergulhão. No mais, eu agradeço a todos, um bom dia. SÔNIA RIGUEIRA (TERRA BRASILIS): Bom dia a todos, a gente gostaria de dar início então à apresentação. Pedir aos senhores que retomem seus lugares. Bom dia a todos, meu nome é Sônia Rigueira, eu sou do Instituto Terra Brasilis e a gente veio hoje falar um pouco com vocês sobre uma espécie chamada Pato Mergulhão, que é uma espécie que ocorre na região que vocês trabalham junto ao licenciamento e tudo mais, que essa SUPRAM atua, também outras áreas onde ele ocorre, outras SUPRAM's atuam e nós estamos levando essa apresentação no sentido de informar a todos; CERVIVO não precisa ser informado, já sabe muito sobre isso, mas informar a todos sobre a existência dessa espécie, a importância dessa espécie e a situação dessa espécie. Então, eu peço um pouquinho de paciência, vai durar no máximo meia hora e depois, obviamente, nós estamos à disposição para perguntas, respostas e tudo mais. Bom, primeiramente o que que é o Instituto Terra Brasilis? Nós somos uma Organização Não Governamental, sem fins econômicos ou lucrativos, que dedica o seu trabalho na promoção e na conservação do uso responsável do patrimônio natural e cultural brasileiro, sendo cultural associado ao natural muitas vezes a gente não tem como desvincular. E o nosso trabalho é um trabalho fundamentado em aspectos saberes tradicionais e científicos, e nós temos como princípio básico a qualidade, a ética e o compromisso sócio-ambiental. Bom, a atuação nossa é através da conservação e monitoramento da biodiversidade, é bastante ampla a atuação, não é focada exclusivamente nisso, mas também na promoção e uso sustentável de recursos naturais, subsídio a políticas públicas e políticas corporativas visando a sustentabilidade, apoio e gestão de áreas protegidas, realização de amostras, exposições e de assuntos ligados à Educação Ambiental e na capacitação e realização de eventos. Naturalmente, várias das nossas atuações permeiam várias instâncias de decisão aqui da SUPRAM. Bom, mas nós estamos aqui hoje para falar dessa espécie aqui, que é o Pato Mergulhão, que é uma espécie extremamente carismática, linda, embora a gente seja suspeito para estar falando. Tem jeito da gente diminuir essa luz aqui? Que tem algumas características muito peculiares. Bom, primeiro, é uma ave, um pato com penacho na nuca, um penacho bastante exuberante, qualquer pessoa que veja o identifica imediatamente. Tem os pés vermelhos, diferentes de muitas espécies de pato, mas algumas também apresentam. Tem o bico totalmente serrilhado porque ele mergulha para capturar peixe, ele se alimenta exclusivamente de peixes em águas extremamente limpas e correntes. Portanto, é uma espécie que à medida que a gente for falando vocês vão ver que ela tem um grau de exigência muito grande em relação a qualidade e o tipo de ambiente na qual ela consegue sobreviver. Então, rios limpos, encachoeirados, com árvores ou barrancos em condição suficiente para acomodar seus ninhos, porque eles fazem ninho nessas cavidades, não necessariamente cavidades naturais, eles podem aproveitar cavidades feitas por outras espécies animais. Ali, eles edificam, botam até 08 ovos e seus filhotes saem no primeiro dia, nas primeiras 24 horas de vida eles já saltam do ninho e já vão para o rio. É uma espécie que quando confrontada ela tem um latido, quando está defendendo um território encontram-se, machos confrontam, parece um latido, um poodle latindo, vou por aqui para vocês verem que eu não estou falando mentira. Não é um poodle? Quem vê acha que é um poodle. Bom, o programa Pato Mergulhão é um dos programas que o Instituto Terra Brasilis desenvolve e nós estamos nessa luta desde 2001, começamos pelo Parque Nacional da Serra da Canastra e seu entorno, mas hoje a gente fala que trabalha na grande região Canastra, que chega naturalmente até a região acima de Araxá e tudo mais. Nós temos uma base de campo em São Roque de Minas e é onde fica lotada a equipe fixa dedicada a esse projeto e temos uma grande gama de trabalhos que



envolvem desde o conhecimento bioecológico da espécie; quando nós começamos sabíamos pouquíssimo, ainda sabemos pouco é verdade, mas já avançamos muito desde então. Fazemos trabalho de Educação Ambiental, apoio a Gestões Públicas locais, privadas também, promoção de melhores práticas de uso da terra. Hoje, a gente está instalando com um parceiro uma propriedade modelo sob o ponto de vista ambiental, para ver se a gente consegue fazer daquilo ali uma amostra e um impulso para que outros empreendedores da região tenham condição de adaptar suas fazendas. Temos um programa de recuperação de nascentes e de áreas ciliares e essas atividades estão muito vinculadas à produção queijeira que naturalmente, no caso específico do entorno da Serra da Canastra é uma atividade do ponto de vista de uso da terra extremamente importante. Bom, então, esse Pato Mergulhão, que coisa é essa? Eu disse para vocês, é uma espécie que gosta de água limpa, não é porque ele gosta que tem prazer em água limpa; ele só consegue sobreviver se tiver água limpa, porque ele mergulha para pescar e ele precisa do contato visual com o peixe para poder capturá-lo, então, se a água não está limpa, rio poluído não tem Pato Mergulhão. Número 01, para ter água limpa tem que ter um ambiente conservado; ambiente conservado, água limpa, mostra que ele é uma espécie sensível à degradação ambiental. Grandes perturbações fazem com que ele definitivamente não ocorra, pequenas perturbações em alguns casos são toleráveis, mas se elas persistem ao longo do tempo ele não consegue, então, vai desaparecer desse lugar. Como ele é então? Tem toda essa questão da sensibilidade em relação à degradação ambiental, é uma espécie considerada sob ponto de vista técnico como indicador da qualidade ambiental, se tem Pato Mergulhão significa que ainda tem luz no fim do túnel e essa questão da água não é uma questão específica dele, é uma questão nossa; é uma questão ligada ao bem estar do ser humano, ligada ao desenvolvimento, água limpa todo mundo precisa, não só ele. Então, essa questão da indicação da qualidade ambiental e especialmente vinculada aos recursos hídricos ela diz muito para nós e num ambiente desse que licencia empreendimento isso torna-se absolutamente fundamental, eu preciso da compreensão de vocês para entenderem o que vem com essa história do desaparecimento do Pato Mergulhão. Ele diz que com ele, se ele não está, também não estão os serviços ecossistêmicos, não estão uma série de outras espécies que são importantes para manter a qualidade ambiental, então, ele é um indicador por isso, se ele está tem um monte de coisa boa atrás, se ele não está, opa, alguma coisa está acontecendo. É claro que ele não acontece no Brasil inteiro, ele acontece em algumas áreas, mas essa região é absolutamente fundamental para a existência dessa espécie no planeta. Bom, vai ter um videozinho de 04 minutos que vai falar sobre tudo isso de uma forma bem mais sucinta. Eu vou passar aqui e volto a conversar um pouquinho mais com vocês. **Áudio não identificado – fora do microfone.** SÔNIA RIGUEIRA (TERRA BRASILIS): Os tomadores de decisão em várias instâncias, seja no âmbito da SUPRAM, seja no âmbito das Câmaras de Vereadores, das Prefeituras, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e assim por diante, nós estamos inaugurando hoje a distribuição desse material, mas isso acontecerá ainda ao longo dos próximos meses onde a gente espera cumprir aí uma agenda bastante significativa para levar essa informação às pessoas. Bom, fechando um pouco essa questão do Pato Mergulhão, a gente já viu que ela depende da saúde dos rios, assim como nós, é uma ave carismática e muito boa de trabalhar em campanhas de mobilização, educação ambiental, porque as pessoas entendem imediatamente a ligação das necessidades dessa espécie com as nossas, que são muito similares, não é? E daí fazem um link de água, biodiversidade, bem estar humano, que são pilares importantes no âmbito da sustentabilidade. Bom, nós chamamos de grande região da Serra da Canastra, toda essa região que está aqui, chegando até na região de Patrocínio, que já está na verdade longe da Serra da Canastra, mas compõe, nós não temos como falar aqui acaba uma coisa e começa outra; mesmo na questão das Bacias a gente não pode falar isso aqui é só dessa Bacia, isso aqui é só daquela, a gente sabe muito bem que não funciona assim.



Então, essa espécie hoje está numa região importante sob o ponto de vista de produção de água, nós temos aqui Bacias dos Rios São Francisco, Paranaíba e do Rio Grande; nós temos uma região importantíssima sob o ponto de vista da biodiversidade, é um cerrado, tem Unidades de Conservação e é um dos últimos refúgios de fauna do Brasil Central, não podemos perder isso de mente e a riqueza de fauna e flora aí presentes são importantes, nós temos uma região de relevância agrícola grande na produção de café, de leite, de milho, entre outras, o mais conhecido internacionalmente, com prêmios e tudo mais é o queijo canastra e também temos um área com grandíssima beleza cênica, um apelo turismo fantástico, uma questão cultural muito forte, um apelo muito grande para o turismo cultural ligado ao ambiente rural, a fauna, a flora e os atrativos, os atributos naturais, cachoeiras, córregos, rios e tudo mais. Essa região, portanto, é uma região extremamente importante, no entanto, me assustou muito quando nós colocamos, fizemos um exercício para ver como eram algumas questões de empreendimentos buscando licenciamento ou em vias de licenciamento nessa região e pegamos como exemplo as PCH's e UHE's e tudo mais, por que nós fizemos com esse tipo de empreendimento? Porque é um empreendimento que afeta diretamente o ambiente aquático, claro, uma PCH está ali dentro d'água e quando nós vamos olhar os pontos azuis, as áreas aonde nós já vimos Pato Mergulhão, sabemos que ele ocorre recentemente, existem registros históricos, de várias outras áreas que não foram considerados aqui; aqui estão considerados avistamentos mais recentes e quando a gente coloca em cima disso alguns empreendimentos pretendidos nós vemos que o Rio, por exemplo, Araguari, comprometerá severamente a existência dessa espécie. Por que eu estou falando isso? Porque a região da Serra da Canastra é a região no planeta que tem o maior número de indivíduos dessa espécie. Quanto vocês acham que eu estou falando? Milhares? Não. Eu estou falando de cento e poucos bichos, eu não estou falando mais do que isso. É pouca coisa, é pouco demais. E o próximo passo é extinto, hoje é considerado criticamente ameaçado de extinção, o passo seguinte é extinto, então, pessoal, qualquer licenciamento que afete severamente a existência dessa espécie é assinar o atestado de óbito dela. Nós não temos outra saída, então, eu levo a vocês o apelo de que todo e qualquer empreendimento a ser licenciado leva em consideração essas questões que dizem respeito não só à sobrevivência de uma espécie, mas também à sobrevivência nossa como seres humanos dependentes de água. Então, aqui deixo o recado para vocês, que o futuro do Pato Mergulhão está nas mãos de vocês, na nossa também, assumimos isso, fazemos a nossa parte e nós, sinceramente, esperamos que todos incorporem isso daqui para frente e obviamente o Instituto Terra Brasilis está à disposição para qualquer apoio, qualquer tipo de informação a mais e enfim, qualquer dificuldade que venha surgir.

FREI RODRIGO (AMEDI): Eu gostaria de saber se vocês tem alguma informação sobre os impactos da monocultura, porque essa região, nem tanto na Serra da Canastra, mais em direção de Araxá, Perdizes e sobre a questão da mineração.

SÔNIA RIGUEIRA (TERRA BRASILIS): Olha, nós não temos quantificação de quanto um tipo de empreendimento desse afeta, mas eu posso te dizer que qualquer coisa que vai assorear a água, tornar a água turva, jogar agrotóxicos, organoclorado, organofosforado ou o que seja, na água, implica em poluir essa água; implicou em poluir essa água, Pato Mergulhão não come, Pato Mergulhão desaparece. Então, nós não temos quantificação de até onde ele suporta, essa turbidez ou esse tipo de químico, aliás, gostaríamos de fazer isso, já tentamos recursos para fazer esse tipo de trabalho e não conseguimos, uma hora conseguiremos, mas de qualquer forma é importante saber que a turbidez é inimiga da presença do Pato Mergulhão.

ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Quero agradecer a Sônia, a CERVIVO tem uma parceria com a Terra Brasilis, é bom lembrar isso. Em outros empreendimentos aqui Sônia, principalmente na região de Sacramento, eu tenho até te consultado, não sei se você possa estar lembrando, questão de PCH até a gente falou isso aqui, na região de Sacramento é onde isso ocorre. Mas eu quero



736 aproveitar aqui a deixa, a questão de Patrocínio, nós temos um trabalho, a CERVIVO tem um  
737 trabalho do Pato Mergulhão ali naquela região e outro dia até o Carlos Valera conversava a  
738 questão dos Municípios terem poder de estarem aumentando as áreas de preservação  
739 permanente, de estar aumentando ao logo dos cursos d'água essa proteção. Infelizmente, Dr.  
740 Carlos, em Patrocínio, outro dia o senhor citou outro local ai que tem uma preservação maior,  
741 mas infelizmente, encontra-se na Câmara Municipal a diminuição dos 100 metros do Córrego  
742 Feio, onde está a presença desse Pato. Aqui tem muita gente de Patrocínio, esses jovens que  
743 estão aqui todos são de Patrocínio. Córrego Feio é a Bacia de abastecimento da cidade, uma  
744 Lei de 1965 está nos casos de cai e se encontra na Câmara Municipal, então, é grave essa  
745 situação, porque se ele é um monitorador de água, ele está lá presente, se você diminui essa  
746 distância da preservação que tem lá, apesar que muitos locais o Município não fiscalizou e  
747 existem áreas degradadas. Isso é extremamente grave e muitas vezes as pessoas não entendem  
748 porque esse Pato está me estorvando aqui e na verdade ele não enxerga que ele é um  
749 equipamento de monitorar, nada mais. Então, eu acho que é um alerta para os alunos da  
750 UNICERP que estão aqui, essa questão da diminuição da área de preservação daquela região e  
751 muitos falam que o Município não tem competente, eu acho que o Dr. Carlos podia até estar  
752 falando a respeito disso, porque isso é de suma importância, um Código Florestal que foi  
753 mexido ai e pode atrapalhar e muito essa questão da proteção. CARLOS VALERA (PGJ): É  
754 Antônio Geraldo, demorou, demorou, infelizmente, o Poder Econômico vai solapando as boas  
755 iniciativas, eu sempre citei Patrocínio justamente porque a Prefeitura, através da Câmara, teve  
756 a coragem de aumentar a proteção. E olha como é interessante, Uberlândia, num evento dos  
757 30 ou 60 dias atrás deflagrou um processo de iniciativa popular, está colhendo assinaturas  
758 para levar à Câmara Municipal o aumento das áreas de APP no Município de Uberlândia,  
759 através da Universidade de Uberlândia. Então, é evidente, isso já foi enfrentado reiterada  
760 vezes pelo Supremo Tribunal Federal que os três entes federados, a União, o Estado e o  
761 Município podem e devem legislar sobre a proteção ambiental. O que existe é uma confusão  
762 principiológica, nós sabemos que a União gesta interesses nacionais, o Estado gesta interesses  
763 regionais e o Município gesta interesses locais, então, é evidente que se o Córrego Feio é um  
764 manancial que impacta diretamente o abastecimento da população patrocínense é evidente e  
765 claro que ele tem plena competência legislativa para deliberar sobre esse ecossistema. Isso  
766 está previsto na Constituição Federal, no artigo 24, depois é repetido lá no artigo 29. Agora, o  
767 que acontece é que toda lei, aliás, todo caso da vida, todo fato da vida é interpretado de uma  
768 forma, aqueles que elegem o dinheiro como deus interpretam dessa forma; outros que elegem  
769 outros valores como a possibilidade deixar o meio ambiente melhor, proteger ações,  
770 fraternidade, igualdade, tem uma outra visão. Então, eu fico muito entristecido, o Dr. Breno já  
771 está sabendo disso? ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Na verdade, esse procedimento na  
772 época do Dr. Taufic foi paralisado, mas o ex-presidente da Câmara, semana passada me falou,  
773 nós vamos querer tramitar esse processo novamente. Então, quer dizer, com o procedimento  
774 do Dr. Taufic deu uma parada, agora, isso eu vou informar o Dr. Breno ou o senhor pode  
775 também estar cobrando isso dele, porque inclusive o Ministério Público fez todo um trabalho  
776 naquela Bacia. E outra coisa, recentemente no EIA/RIMA que a Vale apresentou à SUPRAM  
777 para LIC, ela fala em ajudar naquele local, mas ela fala da calha, então, a Câmara deveria é  
778 estar aumentando a Bacia, porque tem a calha, mas existem os tributariozinhos que tem lá e  
779 isso eles consideram que está fora, então, é todo um processo. CARLOS VALERA (PGJ): Eu  
780 vou levar ao conhecimento do Dr. Breno. Solicito que você também o faça formalmente e  
781 obviamente o que for da nossa atribuição nós vamos fazer. Agora, aproveitar que tem várias  
782 pessoas de Patrocínio, dizer o seguinte, isso é uma questão política, embora para nós seja  
783 muito claro porque nós somos técnicos, mexemos aqui no dia-a-dia, conseguimos entender  
784 algumas coisas que outras pessoas não o fazem, não conseguem fazer, o que eu sugiro? Que a



população se mobilize. Que a população procure seus Vereadores, procurem o seu Prefeito e mostrem a ele o que equívoco que estão cometendo. Trabalhos científicos e jurídicos para ajudar na discussão não faltam, o problema é que as pessoas não acreditam, só acreditam como aconteceu no interior de São Paulo, na cidade de Itu, aonde a população ficou privada do recurso hídrico por mais de 10 meses. Eu estive lá recentemente, porque eu sou do lado lá, eu sou de Sorocaba, e as pessoas lá em Itu em uma outra relação com o recurso hídrico, é uma outra relação, porque sentiram na pele 10 meses de escassez hídrica. Infelizmente, talvez isso tenha que acontecer para que nós, e aqui não estou só criticando os empreendedores, estou criticando a todos, porque o problema não é só dos empreendedores, o problema é nosso também, da população urbana, de todos, indistintamente. Que possamos mudar a nossa concepção com relação ao recurso hídrico, porque hoje mesmo eu brincava com o Flávio que é Biólogo e trabalha conosco e dizia assim: Oh Flávio, eu tenho receio de como vai estar o Triângulo Mineiro daqui a 10 anos, se eles não inventarem mais tecnologia para transformar dinheiro em comida e água eu acho que nós vamos morrer. Essa é a minha percepção, porque realmente a cada dia que passa nós vemos esse tipo de comportamento. As pessoas precisam entender, ter humildade que na questão ambiental precisa se fazer, é óbvio, todo mundo aqui tem carro, tem fome, isso é evidente uso de recurso hídrico, esse é o grande problema. E quando o estudo contraria o que a pessoa pensa ela não aceita, parece aquele menino bobo que leva a bola para jogar e é ruim de bola, quando perde pega a bola e vai embora, isso que está acontecendo na sociedade brasileira. Ninguém tem a humildade e a decência de reconhecer que o outro está certo. Olha, não faça, o impacto que nós vamos ter nessa APP, no recurso hídrico e os resultados estão aparecendo. Eu sugiro a todos, principalmente de Patrocínio, que vai ter essa discussão lá com os Vereadores e com o Prefeito, busquem um trabalho da Embrapa que foi feito com a FGVAGRO sobre as Bacias do Cantareira, aonde esse trabalho deixa absolutamente claro e cientificamente comprovado, para nós não cairmos naquela discussão de achismo; cientificamente comprovado que o déficit hídrico da Represa de Cantareira, 1/3 dele provém da ausência de Mata-ciliar em torno do reservatório. Então, se a Mata-Ciliar lá estivesse a reservação do Cantareira seria 1/3 maior e fazendo aqui uma conta de padaria, 1/3 de 100 é 03, o Cantareira hoje está com 20%; 20 com 33, 53; o estudo indica que para o Cantareira dar segurança hídrica para São Paulo e região metropolitana ele precisa de 35%, então, ou seja, se as Matas-ciliares estivessem lá São Paulo não estaria sem água. Isso não sou eu quem está dizendo, só estou trazendo a informação disponível para todo mundo na internet, é um trabalho da Embrapa, lembrando que a Embrapa é a empresa que fomenta a produção agrícola e agropecuária do País, então, ou seja, o dado é sério, o dado é de muito crédito para as pessoas refletirem. Mas lamentável Sr. Antônio Geraldo, estava tão feliz hoje, você me deu uma notícia que acabou com o meu dia. Eu vou, obviamente dentro das nossas condições, manter contato com o Dr. Breno e mobilizar, não é pessoal, o que os nossos gestores e os nossos políticos tem medo é da mobilização popular, porque a mobilização popular “redunda” no não recebimento de votos se a população for contrariada. Então, fica aí o alerta e me desculpem pelo desabafo. SÔNIA RIGUEIRA (TERRA BRASILIS): Acho que tem uma outra questão que a gente podia trazer para esse âmbito que são os Planos das Bacias, existe toda uma história de separar trechos de rio visando a sua conservação de maneira permanente, com longevidade, em cima de dados científicos, comprovados e tudo mais, que não nos leve a esse extremo que é o caso da Cantareira e vou dizer para vocês, eu sou de Belo Horizonte e lá a situação está negra, do mesmo jeito, pelos mesmíssimos motivos, supressão de Mata-ciliar, assoreamento dos recursos hídricos, completo descaso com o recursos água em todos os sentidos, não muda nada. Então, nós precisamos fazer um movimento e nós temos que fazer esse movimento é de dentro para fora, se a gente consegue estabelecer trechos de rios que são intocáveis sob o ponto de vista de



empreendimentos e tudo mais, nós estaremos pelo menos assegurando parte disso; se a gente conseguir cumprir a Lei, nós vamos alcançar coisas incríveis. A supressão da Mata-ciliar, todo mundo sabe que não pode suprimir Mata-ciliar, mas está cheio de rios pelados, sem nada. Não é tudo que tem Mata-ciliar, mas a grande maioria que não estão numa situação de cabeceira tem Mata-ciliar. Então, temos que recuperar essas Matas, temos que envolver as pessoas nisso para que elas compreendam e não deixem acontecer o que está acontecendo em caso de Patrocínio e que não é diferente de toda essa região que a gente chama de grande Canastra, viu Promotor, o senhor sabe, é muito difícil e a coisa realmente, assim, ela acontece num trabalho de formiguinha, tira um pouquinho aqui, tira um pouquinho ali, quando vai ver o negócio já está completamente comprometido. Bom, pessoal, acho que chegamos ao fim, não sei se tem mais alguém que gostaria de conversar. O senhor? **Problemas no Áudio. NÃO IDENTIFICADO:** Aproveita até o Lucas lá que é meu primo, leva essa palestra para a Câmara, para o Prefeito, todo mundo, convida o Terra Brasilis para ir lá apresentar. A gente já convida. SÔNIA RIGUEIRA (TERRA BRASILIS): Nós iremos a todos os Municípios, se Deus quiser, se Ele não matar a gente antes nós vamos. **NÃO IDENTIFICADO:** Precisa ser agora por conta dessa lei lá da Câmara, vai ter a Audiência lá na Câmara, leva lá, quem sabe vocês conseguem sensibilizar os Vereadores para manter ou para melhorar a legislação que vocês têm lá. Uberaba, a gente está convidando vocês de antemão para ir lá fazer uma apresentação no (...), vai ser um prazer. Então, a sugestão é essa. GUSTAVO MALLACO (ANGAR): Estou inscrito. Primeiro, parabenizar aos Conselheiros e aos técnicos da SUPRAM que permaneceram até agora, porque é engraçado quando tem Parecer até meio dia todo mundo fica aqui e na hora que acabou a discussão técnica importante vejo vários atores da Governança e Setores Tradicionais já foram embora para tomar seu cafezinho e suas atribuições. Não queria deixar de falar isso porque eu acho uma “puta de uma sacanagem”, desculpa a expressão, acho que esse Conselho não tem que fazer só licenciamento ou protocolo não, tem que fazer isso aqui que está fazendo hoje, que é questão técnica, para capacitar os Conselheiros e etc., acho uma falta de respeito o que aconteceu aqui hoje, que eu presenciei, queria deixar essa questão. Sônia, parabéns pelo trabalho, só queria reforçar o que a gente vem realizando há anos nessa questão de cumprir legislação. Os Planos Diretores de Bacias Hidrográficas não vem identificando dentro de seus planos as áreas de restrição conforme as Resoluções CNRH e a Legislação que disciplina a Política Estadual de Recursos Hídricos, definir áreas de restrição para áreas para proteção de recursos hídricos e proteção de organismos aquáticos. Não está sendo feito isso, todo Plano Diretor que a gente pega, nós estamos engolindo dentro do Paranaíba, eu vou dar nomes aos bois, pelo Setor Elétrico, porque a ANA, pela primeira vez que eu vi, a gente sabe que a ANA não é nada muito sensível à questão de empreendimentos hidrelétricos e conservação, mas a ANA teve uma atitude corajosa em definir áreas de restrição, o setor elétrico veio e derrubou tudo o que tinha sido construído. Então, esse último *slide* demonstra o que a Sônia demonstrou; Hidrelétrica no Quebra Anzol projetada, Hidrelétrica no Alto Rio Araguari projetada, não vou nem citar as outras que a SUPRAM já conhece, Tijuco, Claro e etc., todas áreas estratégicas para proteção de organismos aquáticos e áreas prioritárias para conservação, o que técnicos estão fazendo aqui? Protocolo? Fala, fala, fala, define, define áreas estratégicas para conservação, vem o Setor Elétrico, conversa com Deputado, Governador, Construtora, Licença, chega, chega. Então, estou pedindo um pouco aqui, esse é um Conselho Político, não apenas técnico, estou reforçando isso porque esses empreendimentos no Quebra Anzol e Alto Rio Araguari vão cair aqui e vão ser licenciados aqui nessa casa, se tenha atenção nessa questão técnica levantada por essa pesquisadora. Por fim, Sônia, só um questionamento, a região do Alto Paranaíba, na calha do Rio Paranaíba, existe potencialidade para ocorrer o Pato? Por que o questionamento? Temos 03 empreendimentos hidrelétricos, 02 empreendimentos hidrelétricos sendo



licenciados atualmente, Davinópolis pela CEMIG e o UHMELO pela PCH Minas e um terceiro inventário hidrelétrico aprovado o UHL Escada, gostaria de saber se essa área aqui, Abadia dos Dourados, Coromandel, teria potencialidade de ocorrer o Pato? Obrigado. SÔNIA RIGUEIRA (TERRA BRASILIS): Obrigada, Gustavo. Parceiro aí de muitos anos, obrigada pelas palavras. Sim, existe potencialidade. Nós ainda não estivemos lá, não fizemos ainda um rastreamento da distribuição dessa espécie nessa região, mas há sim uma potencialidade de ter em função do encaixamento dos rios, do tipo de águas que apresenta, da parte geográfica propriamente dita, agora, é preciso ir a esses locais, identificar a presença dessa espécie, formalizar isso junto ao órgão licenciador no caso e ver o que acontece daí em diante. Agora, caso haja a presença dessa espécie, é preciso que se leve a sério os desdobramentos disso em termos do que vai ser feito, porque dizer assim: ah, vê se a espécie está lá e acompanha a espécie. Oh gente, acompanhar a espécie num lugar que vai ser completamente modificado é perder tempo, é jogar dinheiro fora porque ela vai morrer, é simples assim. Você transformar um ambiente de corredeiras em um ambiente de água parada significa que Pato Mergulhão não vai estar ali mais, é simples, não precisa muita confusão. Você vê que ele chega nos tributários, no Grande, que vão até Furnas, eles chegam a poucos metros da margem de Furnas, mas eles nunca estão no lago de Furnas, porque não é uma espécie de lagoa, não vai em lagoa, não adianta, é animal que ocorre em águas de corredeira, rios rápidos, de águas limpas. Então, Gustavo, ao dizer que Davinópolis, tem um potencial sim de ter lá, apesar de já estar a jusante de Nova Ponte, certo? **Áudio não identificado – fora do microfone.** SÔNIA RIGUEIRA (TERRA BRASILIS): Pois é, já está mais para lá, mas antes de dizer tem ou não tem, tem que fazer um bom rastreamento dessa espécie lá. E tendo, aí sim, em que condições e medidas são razoáveis para manter essa espécie lá. Só acompanhar, você acompanhar a agonia dela, vai acompanhar até o enterro, certo? Mais alguma questão, pessoal? EMANUELI (SUPRAM): Eu gostaria de deixar aqui o meu posicionamento enquanto Gestora Ambiental, mas também enquanto cidadã. Muitas vezes quando a gente analisa um processo, um empreendimento, nem sempre a nossa visão ambiental é que pode prevalecer, a gente precisa sempre pautar os nossos Pareceres na Lei. Então, a Lei acaba se tornando um impedimento para que a nossa visão ambiental prevaleça, entendeu? Acho que eu posso falar pelos meus colegas técnicos também, que nem sempre a gente concorda com aquilo que está sendo feito pelo empreendedor, mas a Lei é imperativa e faz com que a gente acabe aprovando coisas assim que a gente não gostaria de aprovar. Essa questão principalmente do desmate eu concordo plenamente com o Dr. Carlos e acredito que é o gargalo realmente para essa questão da falta de recurso hídrico. FREI RODRIGO (AMEDI): Primeiro eu gostaria de parabenizar pelo testemunho. Segundo, talvez seja redundante, mas ajudar na reflexão, nem tudo que é legal é justo. Para que a gente não viva a vida inteira com a consciência pesada pelos atos antiéticos que a gente comete, não estou dizendo de você não, estou dizendo no geral, porque o fato da gente ler alguns processos, a gente vai lendo, vai lendo, vai lendo, quando vai chegar lá em baixo vai indeferir? Não. E nem sempre uma questão de corrupção, é porque eu me atenho à letra e não me atenho à vida. Então, eu acho que a questão técnica é uma questão mais ampla, a gente introduziu a questão técnica sempre na questão aritmética porque parece que é uma ciência mais privilegiada que a outra, nós temos que entender que a questão social também é uma ciência, a questão ambiental é uma ciência com inúmeras variabilidades e que dá margem sim ao técnico, porque à medida que eu ponho a minha assinatura lá, todas as consequências que eu tenho em função disso e eu acho que é uma coisa que não se pega muito a questão da ART, a gente fica muito em cima do processo, mas nunca ninguém vai depois pegar o profissional e falar o seguinte, você aprovou isso aqui e deu isso, isso e isso, então, nós vamos pegar e te processar. Não existe esse controle na sociedade ainda, a gente se lembra com Assentamentos de Reforma Agrária, a questão do Banco da Terra na época do



Governo FHC, que fizeram laudos dizendo que queriam acabar com a Reforma Agrária distributiva para fazer Reforma Agrária de mercado, técnicos da agricultura dizendo olha, se você seguir esse sistema aqui você vai pagar lá na frente pelo que você vai ganhar, a sua área como se fosse o preço e uma caixa de fósforo. O sujeito está endividado, cheio de problemas e quem paga por isso? Então, eu gostaria de fazer essa reflexão, eu sei que ela é redundante, não é a respeito da pessoa em si, que inclusive eu acho de uma coragem muito grande, e uma dignidade muito grande, gostaria de cumprimentar os técnicos, mas a gente sempre lembrar esse preceito, nós não temos só uma ligação, a nossa vida não se pauta só pelo jurídico, por mais que a profissão do nosso companheiro aqui e de outros que são da área jurídica, mas a gente sabe que não é assim que funciona a sociedade e nós muito mais aqui dentro. A gente tem insistido, é um Conselho Técnico, mas acima de tudo um Conselho que representa os interesses da sociedade. Estranho que parte dos interesses empresariais e dos latifúndios e da monocultura foram embora, porque não querem só pensar na sobrevivência das espécies da qual nós somos todos integrados para sobreviver enquanto ser humano, mas também porque não querem saber de um pacto, de um ser vivo da natureza que pode nos apontar, até na pesquisa utilitarista, o que eu acho que a gente não deve ver a natureza como valor utilitário mas como valor em si, mas que pode apontar para nós os impactos que nós estamos causando e que pode servir de alerta. É claro, é difícil a gente se comprometer moralmente com questões que podem ir contra os nossos princípios econômicos e aí já foi muito bem falado pelo Dr. Carlos Valera. Obrigado. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Acho que eu não podia deixar de falar aqui também o seguinte, muitas vezes a questão do licenciamento passa pela Prefeitura, o Prefeito geralmente todo procedimento aqui é feito com uma Certidão da Prefeitura. Muitas vezes ela é feita lá sem conhecimento nenhum, eles não querem nem saber que empreendimento é aquele, se está atendendo legislação do Município. Então, muitas vezes normalmente deixa até a SUPRAM, o órgão do Estado sujeito a aprovar coisas que ele não sabe que aconteceu ou acontece lá no Município. Só isso. **12. Encerramento:** SÔNIA RIGUEIRA (TERRA BRASILIS): Agradeço a presença de todos, aos estudantes de Patrocínio, vocês tem uma longa jornada pela frente, esperamos contar com vocês num futuro próximo. Muito obrigada pela paciência e compreensão, e quero contar com vocês pelo Pato Mergulhão. Obrigada. Nada mais havendo a tratar, eu, Rogério Garcia Caetano, lavrei a presente Ata que segue assinada pelo Presidente. Uberlândia, 12 de junho de 2015.

---

RICARDO RODRIGUES DE CARVALHO – (presidente suplente)